os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas *a*), *b*), *c*) ou *d*) do n.º 3 da artigo 30.º da citada Portaria, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local da realização do método de selecção, por uma das formas previstas no artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

22 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será publicitada no site do Município (www.cm-marvao.pt) em data oportuna após aplicação do método de selecção.

23 — Composição do Júri:

Presidente — Eng.ª Maria Soledade Almeida Pires — Chefe de Divisão de Obras Ambiente e Qualidade de Vida

Vogais efectivos — Eng.º Luís António Abelho Sobreira Vitorino, Técnico Superior e Manuel da Conceição Lourenço, Chefe de Divisão Administrativa

Vogais suplentes — Fernando Manuel da Silva Salgueiro e Ana da Estrela Fernandes Afonso Rodolfo, Coordenadores Técnicos. O 1.º vogal efectivo substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

24 — Quotas de emprego: O n.º de lugares destinado a candidatos com deficiência, será estipulado de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

Os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de selecção, nos termos do diploma supra mencionado.

26 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma politica de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de se evitar toda e qualquer forma de descriminação.

27 — Nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) no 1.º dia útil seguinte à presente publicação (no *Diário da República*), na página electrónica da Câmara Municipal de Marvão e por extracto, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

27 de Julho de 2009. — O Presidente da Câmara, *Vítor Manuel Martins Frutuoso*.

302111834

Aviso n.º 14675/2009

Reclassificação profissional

Para os devidos efeitos e de acordo com alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, faz-se público que, por meu despacho proferido em 25 de Junho de 2009, no uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, são contratados por tempo indeterminado, a titulo definitivo, depois de se ter observado o disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000 de 9 de Setembro, com os seguintes trabalhadores:

Luís Miguel Trigueiro Barradas, na categoria de Encarregado operacional da carreira assistente operacional, posição remuneratória 1, Nível remuneratório 8.

Joaquim Jorge Pires Dias, na categoria de Assistente Técnico, posição remuneratória 7 nível remuneratório 12 ;

Sara de Jesus Becho Escarameia, na categoria de Assistente Técnico posição remuneratória 1 nível remuneratório 5;

Manuel Maria Chaparro Branco Maroco, na categoria de Assistente Operacional, posição remuneratória 1 nível remuneratório 1;

Rui Miguel Batista Gavancha, na categoria de assistente operacional, posição remuneratória 2 nível remuneratório 2;

Ruben João Semedo Garção, na categoria de assistente técnico, posição remuneratória 1 nível remuneratório 5 ;

João Carlos Miranda Oliveira, na categoria de assistente operacional posição remuneratória 2 nível remuneratório 2;

Benvinda da Costa Nunes Pereira, na categoria de assistente operacional, posição remuneratória 1 nível remuneratório 1;

Mais se torna público, que esta contratação produz efeitos a partir do dia 26 de Junho de 2009.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

31 de Julho de 2009. — O Presidente da Câmara, *Vítor Manuel Martins Frutuoso*.

302137211

Aviso n.º 14676/2009

Para os devidos efeitos e de acordo com alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, faz-se público que, cessou funções, por motivo de aposentação, a relação jurídica de emprego público o seguinte trabalhador:

João Mourato Bernardo, na carreira/categoria de Assistente Operacional, na 3.ª posição remuneratória, nível remuneratório 3, desligado do serviço em 01/062009

31 de Julho de 2009. — O Presidente da Câmara, *Vítor Manuel Martins Frutuoso*.

302138898

MUNICÍPIO DE MATOSINHOS

Declaração de rectificação n.º 1980/2009

Contratação por tempo indeterminado para dois postos de trabalho

Dra. Luísa Maria Neves Salgueiro, Vereadora da Câmara Municipal de Matosinhos, com competências delegadas, faz público, para os devidos efeitos, que o Aviso n.º 13887/2009, do *Diário da República* n.º 150, 2.ª série de 5/8/2009, foi publicado com as temáticas trocadas das provas de conhecimentos escritas, de natureza teórica, específicas, compostas por perguntas de desenvolvimento e de perguntas directas.

Assim, as temáticas do Concurso A pertencem ao Concurso B e as do Concurso B pertencem ao Concurso A.

7 de Agosto de 2009. — A Vereadora, *Luísa Maria Neves Salgueiro*.

302172763

MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO

Aviso n.º 14677/2009

Procedimento concursal comum para constituição de relações jurídica de emprego público por tempo determinado conforme caracterização do mapa de pessoal — Gestão de Recursos Humanos

Para efeitos do artigo 19.º, n.º 1, alínea *a*) e n.º 3, da Portaria 83-A/2009, de 22 Janeiro, torna -se público que na sequência do meu despacho datado de 11 de Agosto de 2009, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República,* procedimento concursal comum destinado ao recrutamento de trabalhadores, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo determinado, para exercício de funções na secção de pessoal da Câmara Municipal, pelo período de um ano, ao abrigo do disposto na alínea *h*) do artigo 93.º da Lei 59/2008.

1 — O procedimento concursal comum destina -se à ocupação de dois postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, previsto no Mapa de Pessoal do Município de Miranda do Douro para 2009, não tendo sido efectuada consulta prévia à ECCRC, nos termos do n.º 1, dos artigos 4.º e 54.º da Portaria referida, uma vez que ainda não foi sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição da reserva de recrutamento, e até à sua publicitação, conforme instruções da DGAEP, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta.

2 — Para cumprimento do estabelecido nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento para a constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado inicia -se de entre trabalhadores que não pretendam conservar a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo indeterminado ou se encontrem colocados em situação de mobilidade especial.

3 — Levando em conta os princípios da racionalização e da eficiência, que devem presidir à actividade municipal, no caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por aplicação do ponto anterior, deverá proceder -se ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

4 — Este procedimento rege -se pelo disposto nos seguintes diplomas: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

5 — Caracterização dos postos de trabalho: Um técnico superior — funções na área de Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho.